

## **Do patrimônio nacional ao patrimônio mundial: a elaboração e a permanência dos *topos* patrimoniais**

**Juliana Assis Nascimento**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Doutoranda em História  
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9872-4319>  
E-mail: [j.assisnascimento@gmail.com](mailto:j.assisnascimento@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo realiza uma análise comparativa entre as categorias de patrimônio nacional e de patrimônio mundial, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. O objetivo é identificar os princípios ordenadores das retóricas que estabelecem a legitimidade da preservação patrimonial - seja nos discursos dos patrimônios nacionais, elaborados por diferentes Estados-nação, seja no discurso do patrimônio mundial, elaborado pela Unesco. Com base nesta revisão, destacamos dois argumentos que funcionam como verdadeiros *topos* e fundamentam ambas as formas de discurso patrimonial: a *retórica holista*, como conceituada por Joël Candau, e a *retórica da perda*, definida por José Reginaldo Gonçalves. Ao aproximar os aportes teóricos destes dois autores, apontaremos como os argumentos que fundamentam os discursos do patrimônio nacional são adaptados para a defesa do patrimônio mundial, indicando assim que as variações dos *topos* não comprometem a estabilidade de seus princípios.

**Palavras-chave:** Patrimônio Nacional; Patrimônio Mundial; Unesco.

### **From national heritage to world heritage: the making and the permanence of heritage's *topos***

**Abstract:** This article performs a comparative analysis between the categories of national heritage and world heritage. For this purpose, it is a bibliographic review on this subject. The objective is to identify the rhetorical ordering principles that establish the legitimacy of heritage preservation - be it in the discourses of national heritage, elaborated by different nation-states, or in the discourse on world heritage, performed by Unesco. Based on this review, we highlight two arguments that work as real *topos* in both forms of patrimonial discourse: *holistic rhetoric*, as conceptualized by Joël Candau, and the *rhetoric of loss*, defined by José Reginaldo Gonçalves. When approaching the theoretical contributions of these two authors, we will point out that the arguments that underlie the discourses of the national heritage were adapted for the defense of the world heritage, thus indicating that the variations of the *topos* do not compromise the stability of its principles.

**Keywords:** National Heritage; World Heritage; Unesco.

**Texto recebido em: 08/05/2018**

**Texto aprovado em: 30/09/2018**

## Introdução

O presente ensaio estabelece uma análise comparativa entre as categorias de patrimônio nacional e de patrimônio mundial, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. O objetivo é identificar os princípios ordenadores das retóricas que estabelecem a legitimidade da preservação patrimonial, seja ela nacional ou mundial. Desta forma, pretendemos detectar os elementos que fundamentam estes discursos, os entendendo como argumentos que são repetidamente evocados e cujas variações não comprometem a estabilidade de seus princípios.

Denominaremos estes argumentos de figuras retóricas, *topos*, regularidades discursivas que buscam fornecer legitimidade às práticas patrimoniais. Segundo a definição fornecida por Roland Barthes e Jean Louis Bouttes (BARTHES; BOUTTES, 1985) os *topos* apresentariam quatro características principais: a repetição; a historicidade que circunscreve a popularidade de determinados *topos* a certos períodos; a sociabilidade, que ligam os *topos* a um meio social particular; e a atribuição de valor, dado que quando percebidos como tais, os *topos* perdem sua força e passam a ser vistos como técnicas persuasivas desprovidas de substância – eles tornam-se clichês.

Partimos da hipótese de que dois *topos* organizam os discursos patrimoniais modernos, ainda que tenham sofrido adaptações às diferentes circunstâncias nos quais foram modelados. Essas circunstâncias dizem respeito à formulação da concepção de patrimônio nacional na Europa, a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, e à elaboração da categoria de patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do imediato pós-Segunda Guerra Mundial até 1972, ano da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial. Os *topos* aos quais nos referimos são as alusões constantes ao risco de perda ou desaparecimento do patrimônio e sua articulação com a ideia de que o patrimônio é a representação material de uma coletividade – seja ela a nação, para o patrimônio nacional, ou a humanidade, para o patrimônio mundial.

A presença de cada um destes *topos* já foi individualmente identificada em estudos dedicados à análise da formulação da concepção moderna de patrimônio nacional. A partir destes estudos, mobilizaremos os conceitos de *retórica da perda* (GONÇALVES, 1996) e *retórica holista* (CANDAU, 2011), formulados por Reginaldo

Gonçalves e Joel Candau, respectivamente. Demonstraremos que os diferentes fenômenos que estes conceitos buscam explicar estão intrinsecamente ligados.

Ao apontarmos a estabilidade destes conceitos/*topos* nos discursos patrimoniais da Unesco, pretendemos superar as análises da Convenção do Patrimônio Mundial que afirmam uma ruptura com a concepção de patrimônio nacional. Desta forma, também problematizaremos a pertinência entre a afirmação discursiva de uma cultura mundial baseada em valores universais, como defendida discursivamente pela Unesco, e as práticas patrimoniais que a organização patrocina.

### **A retórica da preservação do patrimônio nacional**

A categoria de patrimônio, da forma como a entendemos hoje, é uma noção recente. Historicamente, ela compreende a sobreposição de diversas camadas de significados que contribuíram para que certos objetos e edifícios, por razões diversas, escapassem da obsolescência e da destruição para serem dotados de um prestígio particular. Chastel e Babelon, em um ensaio seminal sobre as transformações históricas dos significados e usos do patrimônio no mundo ocidental, identificam suas origens no culto às relíquias religiosas; as outras principais instâncias responsáveis pela remodelação histórica das concepções patrimoniais seriam a monarquia, a família e o Estado. (BABELON; CHASTEL, 1994) Embora uma genealogia da seleção e preservação de objetos no ocidente possa nos remeter a passados remotos, é ao longo dos séculos XVIII e XIX que se desenvolve a moderna concepção de patrimônio, entendida como grupo de objetos e monumentos que auxiliam o Estado no desenvolvimento de um espírito público de amor à nação. (POULOT, 2009)

Estudos das transformações dos sentidos atribuídos à palavra patrimônio confirmam que, durante a virada do século XVIII para o século XIX, ocorre o desenvolvimento de uma nova acepção para a categoria. Uma análise etimológica estabelece sua origem no latim medieval, *patrimonium*, palavra empegada para denominar a herança paterna, entendida como bens legados por um pai aos seus filhos, em uma sucessão linear. (SWENSON, 2013, p. 2) A palavra se disseminou entre as línguas neolatinas através do francês, *patrimoine*; a partir do final do

século XVIII, ela amplia seu significado, passando da ideia de transmissão de uma herança familiar para a ideia de uma herança da nação.

Já a denominação equivalente em inglês, *heritage*, esteve historicamente associada à designação de grandes propriedades de terras – e, portanto, também estava ligada à ideia de um patrimônio familiar. A partir do século XIX, o uso corrente do termo *heritage* passa progressivamente a denominar um legado cultural nacional, tornando o seu sentido equivalente ao de patrimônio. Este processo esteve primeiramente associado ao desenvolvimento dos Estados nacionais europeus, sobretudo França, Inglaterra e Alemanha. A formação desta nova razão patrimonial, portanto, se inscreve no momento de desintegração da ordem social do Antigo Regime e no desejo de estabelecer novas representações dos símbolos hierárquicos da era precedente. Sua disseminação ao longo do século XIX está intimamente relacionada ao desenvolvimento do nacionalismo e da ideologia romântica de valorização das culturais locais. A formação dos patrimônios nacionais atende, assim, às demandas de representação e legitimação de um novo projeto estatal. Eles conferiam à ideia abstrata de nação uma realidade concreta. (POULOT, 2009)

A partir deste momento, a ideia de patrimônio passará a estar intimamente ligada à atuação do Estado. Este se ocupará de normatizar a seleção e gestão deste patrimônio comum, além de articular narrativas específicas sobre as origens e significados destes objetos. As práticas patrimoniais como as conhecemos hoje se fundam na invenção dos seus próprios objetos, dos seus agentes e ferramentas. A França foi, desde o final do século XVIII, o local por excelência de elaboração dos valores patrimoniais e dos seus instrumentos legais e administrativos, como a noção jurídica de propriedade coletiva e as práticas sistemáticas de inventário e tombamento. Legislações e órgãos de proteção dos monumentos históricos se propagariam pela Europa ao longo do século XIX.

Neste período, as categorias de memória e identidade nacionais ganharam destaque crescente na retórica legitimadora da criação e preservação do patrimônio, constituindo-se como um de seus traços definidores. A conservação e a comemoração de determinados monumentos e objetos passam a ser proclamadas como essenciais para a manutenção da identidade nacional; tais bens constituiriam os testemunhos materiais de uma história e de uma memória coletivas. Defender e preservar o patrimônio passa a significar lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. (GONÇALVES, 2015, p. 211-228)

As categorias de memória e identidade coletivas não só conferem historicamente legitimidade às reivindicações patrimoniais como também são usadas por pesquisadores para analisar os fenômenos aos quais estas retóricas se referem. Contudo, os estudos desenvolvidos tanto no campo da História como no das Ciências Sociais sobre a questão patrimonial raramente refletem sobre as relações entre o caráter discursivo destas categorias e a realidade que elas buscam designar. Como aponta Candau, a afirmação da existência de uma memória e de uma identidade coletivas por parte de atores e instituições sociais são representações discursivas que não equivalem à real existência destas memórias e identidades partilhadas em grupo. (CANDAUI, 2011)

O conceito de memória coletiva, enquanto ferramenta teórica que busca investigar um dos princípios da coesão social, é um objeto de investigação tradicional das Ciências Sociais. Foi inicialmente teorizada por Maurice Halbwachs, em obras como os *Quadros sociais da memória* (HALBWACHS, 1994) e *A memória coletiva* (HALBWACHS, 2006). Halbwachs aponta como as memórias coletivas não se resumem ao conjunto de memórias individuais, mas, consistem no próprio fundamento da memória e da consciência individuais. Seu interesse é destacar a série de condicionamentos sociais no seio dos quais as memórias individuais operam suas escolhas e se constituem de forma mais ou menos consciente das restrições que lhe são impostas.

As relações intrínsecas entre memória e identidade são reconhecidas por autores de diferentes campos de pesquisam como a Psicologia, a Neurobiologia, a Filosofia, as Ciências Sociais e a História. (LE GOFF, 1992) A noção de identidade se refere a uma representação discursiva das memórias individuais ordenadas em torno de uma narrativa que orienta tanto a formação da autoconsciência como a forma como um indivíduo se apresenta ao mundo. Tanto memória e identidade são atualmente entendidas como categorias dinâmicas, que sofrem contínuas remodelações de acordo com os contextos nos quais as mesmas são reclamadas, reorganizadas e ressignificadas.

O uso dos conceitos de memória e identidade coletivas pelas Ciências Sociais advém do interesse da disciplina de teorizar e compreender dimensões da vida social que extrapolam os fenômenos individuais, partindo de um princípio de generalização, do individual para o coletivo. Já a afirmação de sua existência por agentes e instituições patrimoniais tende a projetar uma dimensão ontológica nestes elementos discursivos. A pertinência entre estas representações e os

fenômenos que elas indicam torna-se progressivamente questionável quando empregadas em referência às coletividades amplas, como a nação. Nos grupos menores, que experimentam um espaço público de troca e atualização das memórias individuais, ocorre um processo de remodelação das memórias, que tendem a ganhar maior uniformidade dentro do grupo - aumentando a pertinência do uso destas categorias para designar os valores e representações partilhados pela comunidade (CANDAU, 2011).

Adotaremos o conceito de Candau de *retóricas holistas* para designar as reivindicações da existência de memórias e identidade nacionais. Identificamos nas *retóricas holistas* uma regularidade discursiva, um *topoi* dos discursos patrimoniais. As *retóricas holistas* dizem respeito ao emprego de termos que visam designar conjuntos supostamente estáveis e homogêneos, e cujo conjunto resulta em algo distinto do que a mera soma das individualidades. Estes conjuntos funcionariam como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos (CANDAU, 2011). Desta forma, as *retóricas holistas* se referem tanto às designações dadas aos reagrupamentos de indivíduos - como as categorias de nação, povo, franceses - bem como às representações, crenças e recordações destes grupos - a memória e a mentalidade coletivas, as identidades étnica e cultural.

Além das *retóricas holistas*, destacaremos outro elemento central para a legitimação e consolidação do discurso patrimonial moderno: a *retórica da perda*. Este segundo *topoi* está diretamente ligado ao desenvolvimento e disseminação de uma nostalgia frente à percepção de uma aceleração temporal provocada pelas intensas transformações sociais do período, dentre as quais as Revoluções Francesa e Industrial tiveram papéis fundamentais. As mudanças na ordem social operaram uma ruptura na percepção das dimensões temporais e no conceito de História, limitando a capacidade do passado de orientar as ações no presente e tornando o futuro um campo aberto às imprevisibilidades. (KOSELLECK, 2006) Neste sentido, a nostalgia e as atitudes passadistas podem ser compreendidas como tentativas de restabelecer a ordem perdida através da manutenção da continuidade com os costumes e vestígios do passado. A nostalgia manifesta a reedição do mito dos bons e velhos tempos, ele mesmo um antigo *topoi*. (PUPIL, 1985)

No decorrer do século XIX, diferentes atitudes revelam a associação entre a ameaça da perda de referências do passado e o desenvolvimento de uma nostalgia. É o caso dos diversos revivalismos estéticos, dentre os quais lembramos o neogótico, o neorrenascentista, o neoclássico e o romantismo. As relações entre

estas formas estéticas e a atitude psicológica passadista ganham inteligibilidade quando pensadas em relação às formações sociais específicas que produziram as propriedades que lhes são comuns. (ELIAS, 2001) A percepção da transformação social e a noção de risco a ela associada não eram noções abstratas, mas se amparavam na própria memória recente e na experiência: os surtos iconoclastas da Revolução Francesa, o rápido crescimento e transformação dos centros urbanos, a mudança das paisagens no campo, o desenvolvimento das indústrias, a transformação dos hábitos de consumo e as transformações de ordem políticas foram todos fenômenos que puderam ser experimentados no lapso temporal de uma a duas gerações.

De forma sintomática, a palavra risco torna-se recorrente nos discursos patrimoniais do século XIX. Neste período, popularizam-se as listas de lugares, edifícios e objetos que estariam sob perigo eminente de destruição ou desaparecimento e que, portanto, demandavam medidas de proteção urgentes (HARRISON, 2012).

As considerações de Gonçalves sobre a institucionalização da proteção patrimonial do Brasil no início do século XX são extensíveis ao fenômeno indicado. Gonçalves aponta que o patrimônio era percebido a partir de uma condição de possível “perda”, cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento. (GONÇALVES, 1996) Embora pudesse ser preservado, estaria para sempre ameaçado pela possibilidade de extinção de sua forma original ou de sua autenticidade. Ao formalizarem esse discurso, os agentes patrimoniais adotam numa concepção de tempo histórico como um tempo progressivo e inexorável, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado, ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional. (GONÇALVES, 2015) Neste sentido, a *retórica holista* da identidade nacional instrumentaliza a *retórica da perda* e do desaparecimento, estabelecendo, assim, a lógica argumentativa da preservação patrimonial moderna. Tal lógica está bem expressa em um dos trechos mais citados da Guerra aos Demolidores, panfleto escrito por Victor Hugo, em 1825:

Chegou a hora de impedir que seja quem for se mantenha em silêncio. Impõe-se que um grito universal convoque, finalmente, a nova França a prestar socorro à antiga. Todos os gêneros de profanação, degradação e estragos têm ameaçado, simultaneamente, o pouco que nos resta dos admiráveis monumentos da Idade Média

em que ficou impregnada a antiga memória nacional; elas associam a memória dos reis à tradição do povo. (Apud. POULOT, 2009)

A própria formação de um corpo de especialistas se desenvolve em consonância com estas modernas concepções de risco e da percepção da necessidade de sua gestão e prevenção. A formalização dos conceitos de preservação, conservação e restauração traduzem a profissionalização tanto dos anseios de restabelecer um passado que já não existe como o de frear e controlar os processos implacáveis de deterioração.

Esta nostalgia se voltou tanto para os costumes e objetos do passado, entendida como partes integrantes da dimensão cultural da experiência humana, como para a própria natureza. No final do século XIX, podemos observar uma expansão da tipologia de objetos submetidos às políticas patrimoniais estatais. A patrimonialização da natureza e o desenvolvimento de uma obrigação preservacionista a ela relacionada se estabelecem paralelamente à idealização romântica dos espaços que estavam fora da esfera imediata de influência das transformações impulsionadas pelo capitalismo. Pintores como John Constable e escritores como Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau contribuíram para a idealização de uma natureza selvagem e intocada pelos desenvolvimentos da civilização industrial. O *topoi* dos bons e velhos tempos é retomado na idealização romântica da natureza e pode ser associada com uma reedição das noções judaico-cristãs do paraíso perdido e de uma idade de ouro, na qual o homem teria vivido em equilíbrio e em harmonia com seu meio (HARRISON, 2012).

Sintomaticamente, paisagens e sítios naturais passam a ser identificados como bens patrimoniais a serem preservados. Em 1872, nos Estados Unidos da América (EUA), é criado o primeiro parque para a preservação de áreas naturais e para recreação, o *Yellowstone National Park*. A constituição da natureza como patrimônio e sua integração à lógica das práticas preservacionistas pode ser entendida como parte integrante da disseminação da *retórica da perda*.

A legitimação das práticas patrimoniais como fundamentais para controlar a aceleração dos processos de destruição do passado cultural humano e da natureza guardará sua centralidade no desenvolvimento do discurso patrimonial da Unesco. Da mesma forma que será mantida a dicotomia moderna entre cultura e natureza como dois domínios essencialmente distintos, mas sobre os quais o homem e o tempo imporiam suas lógicas de destruição, cabendo ao primeiro controlar e minimizar os danos. Entretanto, a retórica que reconhece no patrimônio uma prova

material da identidade nacional será adaptada; a ideia de patrimônio mundial indica uma nova coletividade, mais ampla que a nação. Ao se remeter para a humanidade, a *retórica holista* do patrimônio é adaptada, mas seu princípio permanece inalterado. Cabe investigar os desafios da sua construção discursiva frente à consolidação e o sucesso que a concepção de patrimônio nacional já apresentava no início do século XX.

### **A Unesco e a reedição dos topos patrimoniais**

Como vimos, durante o século XIX, a preocupação patrimonial europeia foi uma questão eminentemente nacional, na qual os diferentes Estados desenvolveram suas próprias instituições e legislação sobre o tema. A Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, e a UNESCO, após a Segunda Guerra Mundial, atuaram de forma decisiva para a construção da ideia de um patrimônio supranacional erigida sobre um conjunto de noções como paz, universalismo, humanismo, direitos e liberdades fundamentais e positividade do conhecimento. Tais categorias, tributárias do Iluminismo europeu, foram adaptadas aos discursos das organizações internacionais em resposta aos abalos provocados pela exacerbação dos nacionalismos e pelas guerras mundiais.

Primeiramente, sob a égide da Liga das Nações, são desenvolvidas as primeiras iniciativas que visavam a preservação de um patrimônio comum aos diferentes Estados nacionais. Formada após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações organizou a Conferência de Atenas para a Restauração de Edifícios Históricos, em 1931. Deste encontro resultou um documento, no qual é feita a primeira menção clara a ideia de um patrimônio da humanidade:

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história. Considera altamente desejável que instituições e grupos qualificados possam, sem causar o menor prejuízo ao Direito Internacional Público, manifestar seu interesse pela salvaguarda das obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto e que se apresentem ameaçadas. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931)

Já na Carta de Atenas de 1931, detectamos a adaptação de dois *topos* da retórica do patrimônio nacional. O risco de perda já não corresponde apenas aos processos de modernização e industrialização; doravante, ela dirá respeito também à destruição patrimonial nos contextos de guerra. A preservação deste patrimônio se impunha em nome da humanidade e da civilização e não mais da nação. Neste sentido, a *retórica holista* se adapta sem alterar seu princípio: a legitimidade da conservação do patrimônio é dada pelo valor e ligação que ele apresenta com uma determinada coletividade. No documento não há nenhum esforço em problematizar a definição de civilização. Por fim, o princípio de seleção é exposto: este patrimônio seria formado pelas obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto.

Embora a Carta de Atenas sinalize o início da cooperação internacional em prol da preservação de um patrimônio da humanidade, estas iniciativas só se formalizariam enquanto projetos e instrumentos legais no pós-Segunda Guerra Mundial. Com a extinção da Liga das Nações, que havia provado sua incapacidade de mediar os conflitos entre os Estados nacionais, surge espaço para a emergência de novas organizações internacionais. A destruição intencional ou colateral e o saque aos patrimônios fizeram da questão patrimonial uma das questões focais para estas novas organizações. A própria extensão da destruição e das perdas materiais tornaram a cooperação internacional a única solução viável para a reconstrução e restauração dos centros urbanos (BATISSE; BOLLA, 2005, p. 9-95) – seja em termos de recursos financeiros ou humanos.

De acordo com o texto da sua Constituição, datado de 1945, o propósito da Unesco é contribuir para a paz e segurança através da promoção da colaboração entre nações nas áreas da educação, ciência e cultura, visando assim aprofundar o respeito universal pela justiça, pelo Estado de Direito, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais do homem, sem distinções de raça, sexo, língua ou religião. A Unesco deveria ainda assegurar “a conservação e proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos da história e da ciência”, e recomendava “às nações a necessidade de convenções internacionais”. (UNESCO, 1945)

Nos discursos da Unesco, a legitimidade da proteção de um patrimônio mundial passou a ser justificada não só pela escalada da destruição dos patrimônios nacionais como também pela ideia de que a defesa e promoção de uma cultura comum evitariam os conflitos nascidos da ignorância e dos preconceitos

fomentados pelas rivalidades entre as culturas nacionais. A visão de uma moral e direitos universais apresentados na Constituição da Unesco se aproxima da noção de cosmopolitismo de Kant, para quem todos os seres racionais são membros de uma comunidade de moral única. Eles se assemelhariam aos cidadãos no sentido político com que partilhariam os valores da liberdade e igualdade e com que se submeteriam a uma lei moral comum fundada na razão. (KANT, 1995)

A primeira convenção implementada pela Unesco visando a preservação de um patrimônio comum aos diferentes Estados foi a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Casos de Conflitos Armados* - ou *Convenção de Haia*, de 1954. O texto de abertura da convenção apresenta de forma clara o encadeamento dos argumentos que legitimam a ação da Unesco no âmbito da proteção do patrimônio cultural da humanidade. Os dois argumentos centrais apresentados nesta convenção não diferem dos discursos associados à preservação do patrimônio nacional, dado que também se baseiam na repetição dos mesmos *topos* que discriminamos através dos conceitos de *retórica da perda* e *retórica holista*.

The High Contracting Parties,

Recognizing that cultural property has suffered grave damage during recent armed conflicts and that, by reason of the developments in the technique of warfare, it is in increasing danger of destruction;

Being convinced that damage to cultural property belonging to any people whatsoever means damage to the cultural heritage of all mankind, since each people makes its contribution to the culture of the world;

Considering that the preservation of the cultural heritage is of great importance for all peoples of the world and that it is important that this heritage should receive international protection. (UNESCO, 1954)

Esta convenção retoma de forma mais elaborada as ideias expressas na Carta de Atenas de 1931. Ela estabelece a destruição do patrimônio cultural como crime de guerra, pois reconhece que o desenvolvimento tecnológico dos armamentos representa um aumento do risco de destruição; convencida de que o dano a qualquer patrimônio cultural significa danos ao patrimônio cultural da humanidade, a convenção estabelece a necessidade de cooperação internacional como único meio de assegurar sua preservação. Ao invés de adotar o conceito de civilização, historicamente associado ao desenvolvimento das sociedades europeias, a Convenção adota a expressão cultura mundial. Contudo, esta convenção ainda é

um instrumento cujo objetivo é bastante específico, não sendo aplicável como medida preservacionista em contextos de paz.

A ideia de uma convenção que assegurasse a preservação do patrimônio mundial é anunciada na própria Constituição da Unesco, mas sua implementação demandou vinte e seis anos de estudos preparatórios. Relatórios das décadas de 1950 e 1960 atestam a dificuldade de se estabelecer um instrumento legal internacional, assim como a progressiva definição da tipologia ideal dos bens que constituiriam o patrimônio mundial: monumentos de grande escala, de antigas e/ou grandes civilizações, requerendo grandes recursos financeiros para sua preservação (TITCHEN, 1995). Esta definição foi consolidada a partir das *Campanhas Internacionais para a Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural da Humanidade*, lançada pela Unesco em 1959. A análise destas campanhas é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da retórica do patrimônio mundial e suas complexas relações com os jogos de poder entre as nações envolvidas.

A primeira campanha internacional foi iniciada em 1959 e visava a salvaguarda dos templos de Abu Simel, na fronteira entre o Egito e o Sudão. O sucesso da empreitada serviu de modelo para outras campanhas, como as de Veneza, na Itália, em 1966, e a de Borobudur, na Indonésia, em 1970. A campanha para salvar os templos de Abu Simel é evocada nas narrativas oficiais da instituição como o evento que consolida a legitimidade da cooperação internacional para a proteção de um patrimônio da humanidade. (VALDERRAMA, 1995) Este evento é exemplar também para compreendermos a modelação dos *topos* da retórica preservacionista da Unesco, centradas nas ideias de uma identidade holista, que ligaria a humanidade através de um legado cultural comum, e das ameaças que colocariam esse mesmo legado em risco, sob pressão dos processos de modernização. Neste sentido, é clara a rearticulação entre a *retórica da perda* e o desenvolvimento de uma nova *retórica holista*, centrada nas ideias de humanidade e de uma cultura mundial. Além de configurarem um espaço de elaboração e ajuste dos discursos patrimoniais da Unesco, a campanha forneceu a primeira experiência prática de cooperação internacional, sendo fundamental para a configuração final da Convenção.

O projeto recebeu extensa cobertura da mídia internacional, mobilizando o grande público para as implicações de projetos de preservação em grande escala e fomentando um senso de responsabilidade global para a preservação de grandes

monumentos. (HARRISON, 2012) O projeto também foi palco de discursos que proclamavam a indivisibilidade de um patrimônio comum à humanidade, indicando que suas origens se estenderiam para além da Acrópole grega, tradicionalmente apontada como o berço civilizacional do ocidente – e, simbolicamente, convertido em logotipo da Unesco. Um dos discursos proferidos durante a campanha por André Malraux, Ministro da Cultura francês, sintetiza a vontade da autodenominada civilização do primeiro mundo de proclamar a arte mundial como seu patrimônio indivisível, ultrapassando as fronteiras europeias. A fala de Malraux será emblemática do subsequente desenrolar dos eventos.

Your appeal is historic, not because it proposes to save the temples of Nubia, but because through it the first world civilization publicly proclaims the world's art as its indivisible heritage. (...) In days when the West believed its cultural heritage had its source in Athens, it could nonetheless look on with equanimity while the Acropolis crumbled away. (Apud. HARTOG, 2015)

O projeto se desenvolveu em meio aos planos do governo egípcio de construção da Represa de Aswan, empreendimento que implicava no alagamento de um vale que contava com monumentos do período faraônico – incluindo os templos de Abu Simel. A construção da represa de Aswan era um projeto estratégico que visava regular o fluxo do Nilo permitindo o represamento de água para agricultura e para a produção de energia. As narrativas do processo que antecedem o estabelecimento da campanha apontam que tanto o governo egípcio como o governo sudanês contataram a Unesco no ano de 1959. Os ministros da Cultura e da Educação destes países solicitaram à organização cooperação técnica e financeira para a preservação dos monumentos que seriam inundados pela construção da represa.

O projeto de construção de Aswan está associado a um complexo processo de reordenação geopolítica do Oriente Médio, no qual o Egito assumiu progressivamente o papel de protagonista regional. Em 1952, o Movimento dos Oficiais Livres derrubou o rei egípcio Farouk I, aboliu o sistema de monarquia constitucional e estabeleceu um regime republicano. O novo governo assinou com a Inglaterra um acordo para a retirada das tropas britânicas de seu território, em 1954, e iniciou uma negociação com o Banco Mundial para obter financiamento para a construção da Represa. Contudo, após receber aval do Banco Mundial, em 1955, o alinhamento egípcio ao lado chinês no conflito China-Taiwan levou os EUA e o Reino Unido a negarem ajuda financeira via Banco Mundial. (HARRISON, 2012)

No ano seguinte, o governo egípcio anunciou a nacionalização do Canal de Suez para levantar fundos para a construção de Aswan. A medida elevou as tensões com o Reino Unido, que apresentava interesses militares e econômicos estratégicos no canal. Como retaliação, o Reino Unido formou uma aliança com França e Israel contra o Egito e iniciou operações militares de ocupação de partes de Gaza, Sinai e do próprio Canal. Pressões dos EUA, URSS e da ONU levaram à retirada das tropas em novembro. Na sequência, todos os bancos franceses e ingleses instalados no Egito foram nacionalizados. Os projetos de construção da represa de Aswan foram iniciados.

Em novembro de 1959, o Comitê Executivo da Unesco fez um apelo à cooperação internacional para prover assistência aos governos egípcio e sudanês e autorizou o início dos trabalhos preparatórios de salvaguarda e investigação arqueológica em caráter de urgência. (UNESCO, 2010a; 2010b) Na sequência, o Diretor Geral da Unesco Vittorino Veronese, conclamou a cooperação internacional para a realização de uma tarefa sem paralelos na história: uma campanha global para salvar as antiguidades do Egito e do Sudão. (HASSAN, 2007, p. 73-94)

A campanha duraria cerca de vinte anos, o que indica que as atividades ligadas à preservação dos monumentos deslocados dos seus sítios de origem se desenvolveram por cerca de dez anos após o fim da construção da represa, em 1970. A duração é um indicativo da complexidade da empreitada que envolveu trabalhos de escavação em larga escala, documentação intensa, o desmonte, deslocamento e reconstrução dos templos. Os custos do projeto são estimados em oitenta milhões de dólares, metade dos quais teriam sido levantados através das doações de quarenta e sete países. Os governos que mais contribuíram financeiramente foram EUA, França, Itália e República Federal da Alemanha. (HASSAN, 2007)

A campanha garantiu a realocação de vinte e três templos; parte deles foi reconstruída nas proximidades ou transferidas para museus egípcios e sudaneses (HARRISON, 2012) O transporte dos templos de Ramsés II é considerado, nos relatos da organização, como a maior conquista da campanha. Contudo, uma série de elementos são desconsiderados nestas narrativas, especialmente aqueles que indicam as implicações políticas do projeto. O contexto geopolítico do Oriente Médio, a Guerra Fria, as tensões entre Reino Unido e Egito, os processos de colonização no Oriente Médio, a manutenção de protetorados das grandes potências na região, o protagonismo crescente que a questão palestina assumiria no

alinhamento e polarização dos países dentro da Unesco - todas estas questões são ignoradas nos discursos oficiais na organização. Mais emblemático da parcialidade da narrativa é a ausência de comentários acerca das contrapartidas exigidas para o estabelecimento da cooperação internacional.

Apresentada como uma primeira demonstração das potencialidades de uma cooperação desinteressada entre nações amigas, o projeto é comparado com a subsequente campanha de Veneza, ocorrida após uma enchente na cidade, em 1966. Contudo, a campanha italiana não contou com as demandas feitas pelos países financiadores da campanha de Abu Simel de que metade dos achados arqueológicos fossem enviados para seus próprios museus nacionais. Estas condições levaram à reconstrução de templos inteiros em Nova Iorque, Leiden, Madri, Turim e Berlim. Além disso, foram assinados acordos que garantiam a estes países prioridade na liberação de permissão para futuras escavações fora das áreas até então delimitadas pelo governo egípcio. (SÄVE-SÖDERBERG, 1987) As condições impostas pela cooperação não podem ser entendidas fora de um quadro mais amplo que envolve relações historicamente desiguais de colonização e pilhagem de vestígios arqueológicos.

Os termos da campanha suscitam questionamentos acerca da pertinência das *retóricas holistas* mobilizadas pela Unesco. O discurso da defesa e preservação de um patrimônio da humanidade não corresponde à atuação dos países que buscam reforçar o prestígio de suas próprias instituições nacionais. O poder e influência de cada país era expresso pelo montante de dinheiro doado e, conseqüentemente, pelo número de bens egípcios que eles poderiam levar de volta para seus países. (HARRISON, 2012) Ao examinarmos os termos da cooperação, as palavras de Malraux que proclamam a arte mundial como patrimônio indivisível do primeiro mundo ganham sentido.

O caso é emblemático das variadas formas com que a legenda do patrimônio da humanidade pode ser mobilizada. Uma vez reconhecido como um patrimônio mundial, cuja contribuição foi essencial para a formação das demais culturas do mundo, os templos egípcios poderiam ser legitimamente deslocados, dado que pertenceriam a todos. É este o mesmo argumento evocado durante a pilhagem realizada pelas Campanhas Napoleônicas que trouxeram pinturas, esculturas e monumentos de diversas partes do mundo para integrarem os nascentes museus nacionais franceses. Lá, estes objetos seriam apresentados como testemunhos materiais do progresso e do desenvolvimento da humanidade, no qual a própria

França representaria o estágio mais avançado (POULOT, 2005). A ideia de uma história universal é posta a serviço da nação. Atrelado a este discurso e inseparável a ele, está uma concepção de tempo histórico progressivo e o uso político do patrimônio. Sua construção, desde sua formulação no sentido moderno, esteve sempre implicada como uma reconstrução racional e utilitária do passado, que busca dar materialidade e legitimidade a um projeto político estatal. A análise deste evento levanta questionamentos sobre as implicações entre retóricas nacionalistas e universalistas no seio de uma organização

Em termos práticos, a campanha internacional teve um apelo central na disseminação da ideia de que o patrimônio era uma questão de relevância global; os países tomados individualmente não poderiam mais atuar de forma independente na gestão do patrimônio considerada de relevância internacional. Em 1966, a cidade de Veneza se tornaria palco da segunda campanha internacional de salvaguarda, reforçando a necessidade de cooperação internacional. Imagens da cidade inundada foram globalmente divulgadas e contribuíram para reforçar a ideia de que o patrimônio cultural estava sob ameaça de forças destrutivas permanentes, aumentando a ideia de uma vulnerabilidade global. HARRISON, 2012)

A ampla repercussão das campanhas e seus resultados levaram diversos países a submeter pedidos de cooperação internacional junto a Unesco. Durante a Conferência Geral de 1966 a ideia de um sistema de proteção internacional ganha força, aumentando as pressões para que a Unesco finalmente estabelecesse um instrumento legal internacional para a proteção de monumentos que integrassem o patrimônio cultural da humanidade. A ideia de uma convenção ganha força e se orienta em torno da ideia de proteção de monumentos e sítios culturais de particular interesse.

O protagonismo da organização esteve ameaçado no final da década de 1960, quando os EUA articularam com a World Conservation Union (IUCN) uma convenção para a preservação do patrimônio natural mundial, que também contemplaria sítios históricos. De acordo com Gerard Bolla e Michel Batisse, ex-funcionários da UNESCO, tal manobra faria parte de uma estratégia geopolítica norte-americana que não admitia que seu país estivesse subrepresentado em uma convenção que definisse o patrimônio mundial em termos exclusivamente culturais. Frente a esta situação que ameaçava sua legitimidade institucional e o escopo de sua atuação, a UNESCO incluiu o patrimônio natural no texto já finalizado da convenção para o patrimônio cultural e criou a Convenção para a Proteção do

Patrimônio Cultural e Natural Mundial durante a 17ª Conferência Geral da Unesco, em 1972.

O texto da Convenção revela uma ausência de interlocução entre as categorias culturais e naturais, o que indica a manutenção da dicotomia moderna cultura x natureza. A Convenção define o patrimônio cultural através de três categorias – monumentos, grupos de edifícios e sítios –, mas seu critério de elegibilidade é dado pela expressão genérica de *valor universal excepcional* (UNESCO, 1977). Como aponta Herzfeld (HERZFELD, 2004), a Convenção se apresenta como um discurso totalizador da hierarquia global de valores. Ela sugere que todos os seres humanos partilham de um mesmo interesse pelos aspectos materiais do passado e que todos estariam preocupados com sua preservação em escala global – inclusive com a conservação dos patrimônios de outros países – indicando uma transcendência das fronteiras políticas (UNESCO, 1972).

Devido a pretensão em estabelecer valores totalizantes, a Convenção já sofreu inúmeras críticas que a acusam de promover uma visão eurocêntrica de patrimônio. Entretanto, cabe refletirmos sobre a forma como estas *retóricas holistas* centradas na ideia de uma identidade humana, coletivamente partilhada, são arregimentadas pelos países signatários da Convenção. Grande parte dos primeiros bens inscritos na lista consistia em bens que já haviam sido objeto de intensas políticas patrimoniais nacionais, como a Catedral de Chartres, na França, ou o próprio Yellowstone National Park, nos EUA. Além disso, é importante lembrar que muitos dos países signatários, inclusive os países do Sul, já haviam criado suas próprias instituições patrimoniais inspiradas nos modelos europeus muitos anos antes da própria criação da Unesco – como foi o caso do Brasil. Neste sentido, a Unesco apenas reforçaria um processo de importação e imposição de valores que ela não havia iniciado. O que a trajetória da gestação da ideia de patrimônio mundial aponta é a dificuldade da promoção de uma cultura global da paz e a paulatina configuração do patrimônio mundial como um espelho da constelação dos patrimônios nacionais.

## Conclusões

A análise do desenvolvimento e das transformações da moderna concepção de patrimônio indicam a presença e estabilidade de dois elementos discursivos: os

*topos da retórica da perda e da retórica holista.* Ambas fornecem juntas e de forma inseparável os argumentos que legitimam a preservação patrimonial, seja ela nacional ou mundial. Mesmo diante da variação das ameaças que colocam o patrimônio em risco, é esta condição que fundamenta a criação de instituições e garante a viabilidade das práticas preservacionistas. Contudo, elas só se tornam viáveis porque o patrimônio materializa a identidade e a memória de uma comunidade e assim garante a perpetuação da sua coesão social.

Mas o patrimônio em sua concepção moderna é, sobretudo, um projeto político de ressignificação racional do passado. Os impactos da reconfiguração do campo geopolítico sobre as políticas patrimoniais da Unesco apenas expõem aquilo que fundamenta a própria ideia de patrimônio – como no caso da Campanha de Abu Simel.

Como lembram Barthes e Bouttes, o *topoi* da identidade coletiva, assim como qualquer *topos*, corre sempre o risco de perder seu sentido e ser desmascarado como lugar comum. E quanto maior for a distância entre a representação social de uma identidade partilhada e a real coesão dos valores da dita comunidade, maiores são os riscos da perda de eficácia da retórica patrimonial.

Neste sentido, podemos entender as críticas às concepções de patrimônio nacional e mundial como tentativas de desmascarar estes *topos*, de reconhecê-los como aquilo que hoje denominamos de retórica: uma arte de persuasão vazia e sem substância. Contudo, a análise do processo de criação da concepção de patrimônio mundial aponta que estas retóricas não estão de tal forma desenraizadas. Se a retórica do patrimônio mundial e de seus valores universalmente partilhados pela humanidade carece de pertinência, esta falta indica outra presença: a da nação e de seu patrimônio. Ao final, a Lista do Patrimônio Mundial atesta o triunfo dos bens mais representativos de todas as nações, fornecendo a eles uma dupla consagração.

## REFERÊNCIAS

### Fontes textuais

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas*. Atenas, 1931. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjJ\\_re46v3VAhXFf5AKHbMnBM8QFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.iphan.gov.br%2Fuploads%2Fckfinder%2Farquivos%2FCarta%2520de%2520Atenas%25201931.pdf&usg=AFQjCNE4iu5tP0kSRGzEJ\\_foRMKUetwVMg](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjJ_re46v3VAhXFf5AKHbMnBM8QFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.iphan.gov.br%2Fuploads%2Fckfinder%2Farquivos%2FCarta%2520de%2520Atenas%25201931.pdf&usg=AFQjCNE4iu5tP0kSRGzEJ_foRMKUetwVMg)>. Acesso em: jul. 2017.

UNESCO. *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage CC-77/CONF. 001/8 Rev. UNESCO, Paris. 20/10/1977. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/out/opgu77.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. 1945. Disponível em: <[www.undocuments.net/unesco-c.htm](http://www.undocuments.net/unesco-c.htm)> Acesso em: jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/conventiontext>>. Acesso em: jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Convention for the protection of cultural property in the event of armed conflict*. 1954. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=35744andURL\\_DO=DO\\_TOPICandURL\\_SECTION=201.htm](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=35744andURL_DO=DO_TOPICandURL_SECTION=201.htm)>. Acesso em: jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *The rescue of Nubian monuments and sites*. 2010b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/activities/173>>. Acesso em: ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Timeline: salvage of the monuments of Nubia*. 2010a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-173-2.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.

## **Bibliografia**

ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1991.

BARTHES, Roland; BOUTTES, Jean-Louis. Lugares-comuns. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BABELON, J.P.; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: L. Levi, 1994.

BATISSE, M.; BOLLA, G. The invention of world heritage. *Les Cahiers d'Histoire*, Paris, v. 1, n. 2, p. 9-95, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLEERE, H. The concept of outstanding universal value in the World Heritage Convention. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, v. 1, n. 4, p. 227-233, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ERIKSEN, T. H. Between universalism and relativism: a critique of the UNESCO concept of culture. In: *Human rights: an anthropological reader*. Chichester: Blackwell Publishing, 2008, p. 356-371.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: A. Michel, 1994.

\_\_\_\_\_. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRISON, Rodney. *Heritage: critical approaches*. Abingdom: Routledge, 2012.

HARTOG, François. *Regimes of historicity: presentism and experiences of times*. New York: Columbia University Press, 2015.

HASSAN, F.A. The aswan high dam and the International Rescue Nubia campaign. *African Archaeological Review*, v. 24, p. 73-94, 2007.

HERZFELD, Michael. *The body impolitic: artisans and artifice in the global hierarchy of value*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

HUGO, Victor. *Guerre aux démolisseurs*. Apud. POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident: XVIII-XXI siècle*. Paris: PUF, 2009.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.

LABADI, Sophia. UNESCO, Cultural Heritage, and Outstanding Universal Value. Nova Iorque: AltaMira Press, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

POULOT, Dominique. *Une histoire des musées de France: XVIIIe-XXe siècle*. Paris: La Découverte, 2005.

\_\_\_\_\_. *Une histoire du patrimoine en Occident: XVIII-XXI siècle*. Paris: PUF, 2009.

PUPIL, François. *Le style troubadour ou la nostalgie du bon vieux temps*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1985.

SÄVE-SÖDERBERG. *Temples and tombs of Ancient Nubia*. London: Thames and Hudson, 1987.

SWENSON, Astrid. *The rise of heritage: preserving the past in France, Germany and England (1789-1914)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TITCHEN, S. *On the construction of outstanding universal value: UNESCO's World Heritage Convention (Convention Concerning the Protection of World Cultural and Natural Heritage, 1972) and the identification and assessment of cultural places for inclusion in the World Heritage List*. PhD thesis, Australian National University, 1995.

VALDERRAMA, Fernando. *A history of UNESCO*. Paris: UNESCO Pub., 1995.

**Juliana Assis Nascimento** é Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Conservação do Patrimônio Cultural pela Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Mestre em História da Arte pela UFRJ e Bacharela em História também pela UFRJ.

**Como citar:**

NASCIMENTO, Juliana Assis. Do patrimônio nacional ao patrimônio mundial: a elaboração e a permanência dos *topos* patrimoniais. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 533-553, jan./jun. 2019. Disponível em: <[pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br)>.